



BOLETIM

# ENCCLA 2018

Estratégia Nacional de Combate à  
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 57 – dezembro de 2018



Fonte: Arquivo Google.com

O ano de 2018 foi bastante proveitoso na ENCCLA. As Ações desenvolvidas entregaram importantes resultados, que muito contribuirão para o enfrentamento de problemas cuja solução depende da soma de esforços de diferentes instituições.

Como de praxe, a Secretaria Executiva está dando os devidos encaminhamentos aos resultados aprovados em Plenária.

Encerrado esse ciclo, abre-se espaço para novas iniciativas. As Ações a serem desenvolvidas em 2019 trazem a promessa de a Estratégia Nacional seguir cumprindo seu papel de rede de articulação dos diversos órgãos e entidades públicas e privadas envolvidos com o enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Para organizar o calendário da ENCCLA em 2019, já estão em curso atividades preparatórias. Em janeiro, serão enviados comunicados oficiais para os membros da ENCCLA indicarem seus representantes nas iniciativas para as quais desejam contribuir.

De posse dessas informações, a Secretaria Executiva iniciará os contatos com os coordenadores das Ações para definir as propostas de planos de trabalho e convocar as primeiras reuniões dos Grupos de Trabalho.

# CURTAS

## Agenda de Reuniões e Eventos ENCCLA 2019

Evento: "III Fórum Jurídico - Combate à Corrupção em um Estado Democrático de Direito"

Data: de 22 a 25/01/2019

Local: Escola de Magistratura Federal da 1ª Região - SCES Trecho 2, Lote 21

Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os integrantes da Enccla.

Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br)

# MATÉRIAS

## Contra lavagem de dinheiro, Brasil estuda limitar transações em espécie

Prática já é usada em países europeus e tem sido discutida pelo governo e instituições financeiras.



Pedro Ladeira - 18.mar.2015/Folhapress

Instituições financeiras e governo estudam limitar em R\$ 10 mil as operações que poderão ser feitas com dinheiro vivo —saques bancários e compras no comércio, por exemplo. O objetivo é conter crimes como a lavagem de dinheiro.

O tema ganhou relevância com a nomeação de Sergio Moro como futuro ministro da Justiça e a sua promessa de fechar o cerco a esquemas de corrupção e crimes financeiros. Moro já sinalizou que quer a ajuda do sistema bancário para coibir práticas criminosas.

A limitação do uso de dinheiro em espécie se tornou regra em boa parte dos países europeus. Eles adotaram a medida como forma de fechar possíveis canais de financiamento a atividades terroristas.

Portugal, Itália e França fixaram como limite operações em dinheiro em espécie em 1.000 euros. Acima deste valor, o pagamento tem que ser feito por meio bancário ou via cartão de crédito.

No Brasil, o limite de R\$ 10 mil cobriria cerca de 99% das transações, segundo especialistas em segurança bancária.

A fixação de um teto para essas operações foi discutida no mês passado pelo Enccla (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), grupo liderado pelo Ministério da Justiça e integrado por 70 membros, entre órgãos públicos e bancos. Ficou acertado que, ao longo de 2019, um grupo de trabalho vai analisar os entraves legais à medida.

Um obstáculo já identificado é o princípio do curso legal e forçado da moeda, que estipula o dinheiro como meio de pagamento. Como este é um dos pilares do direito monetário, uma lei ordinária pode ser insuficiente para a aplicação do teto e pode ser necessária a proposição de um projeto de lei complementar.

O valor, embora tenha apoio do sistema financeiro, ainda não foi fechado e será alvo de discussões pelos grupos de trabalho.

A preocupação é não deixar de atender a demanda de setores ou em regiões onde as operações são feitas majoritariamente em dinheiro vivo. Exceções poderão ser descritas em lei.

O entendimento é que a exigência forçará a entrada no sistema bancário de muitas transações hoje feitas sem qualquer tipo de controle. Os bancos são obrigados a informar ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) saques e depósitos em dinheiro que superem R\$ 50 mil. Outra trava é a proibição de pagamentos de boletos em valor superior a R\$ 10 mil, em vigor desde maio.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/contra-lavagem-de-dinheiro-brasil-estuda-limitar-transacoes-com-dinheiro-vivo.shtml?loggedpaywall>

### **Bancos querem reduzir limite que clientes podem sacar em dinheiro**

O assunto tem sido tratado como prioridade por integrantes do Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), rede que reúne mais de 80 instituições públicas e privadas.



*Danilson Carvalho/CB/D.A Press*

Postado em 11/12/2018 06:00

Com o objetivo de coibir a lavagem de dinheiro, bancos e governo estudam limitar o uso da moeda em espécie em saques, compras e pagamentos. A ideia é que ninguém possa retirar quantias superiores a cerca de R\$ 10 mil por operação. Como o dinheiro em papel é mais difícil de ser rastreado e, portanto, alvo desse tipo de crime, restringir a circulação é um dos maiores objetivos das instituições financeiras atualmente.

O assunto tem sido tratado como prioridade por integrantes do Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), rede que reúne mais de 80 instituições públicas e privadas, como Banco Central (BC), Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão ligado ao Ministério da Justiça.

O grupo pretende enviar a proposta ao Congresso Nacional, por meio de um projeto de lei, no ano que vem. Estudos preliminares apontam que a mudança não pode ser feita por resoluções do BC ou do Conselho Monetário Nacional (CMN). A expectativa é de que seja possível terminar o relatório final sobre o projeto, no máximo, até setembro, para que seja apresentado em novembro na Reunião Plenária Anual do Enccla.

Entre os envolvidos nas negociações, há consenso sobre a necessidade de se limitar a circulação de dinheiro vivo. O que falta é bater o martelo sobre o valor máximo que deve ser liberado por operação. Em países como França e Itália, o limite de saque é de mil euros, o que equivale a R\$ 4.447,57, pela cotação de ontem. Outros países adotam tetos mais altos, como a Espanha (2,5 mil euros, ou R\$ 11.125,87) e a Bélgica (3 mil euros, ou R\$ 13.351,05).

Representantes de bancos brasileiros acreditam que, no país, R\$ 10 mil é a cifra ideal. O limite não será estendido a depósitos, por ser um tipo de operação que não atrapalha o combate à lavagem de dinheiro. Pelo contrário: quando o montante é colocado no banco, fica mais fácil de rastreá-lo e detectar possíveis desvios. O oposto acontece quando é retirado — daí a necessidade de restringir os saques.

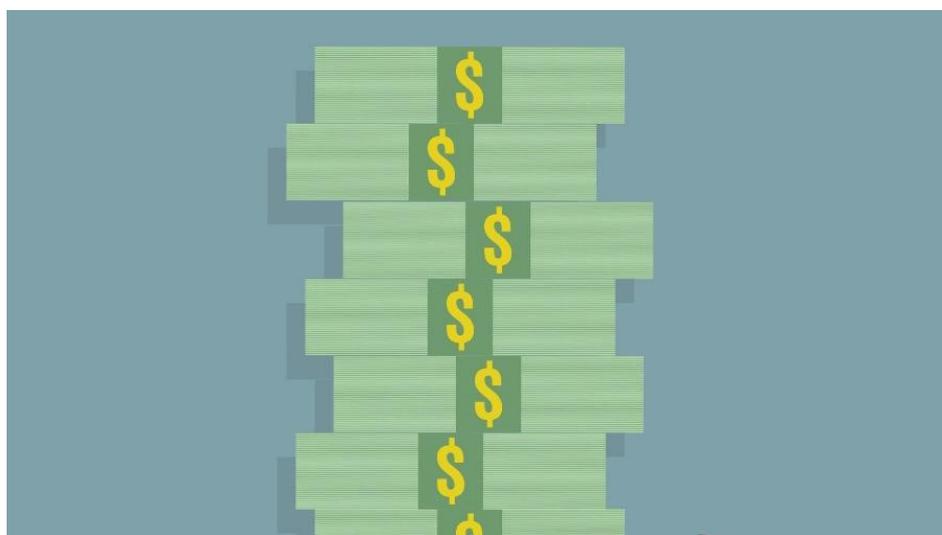
Apesar dessa constatação, atualmente, não há limite de valor para retirada, transporte ou posse de dinheiro em espécie no Brasil. Qualquer um pode tirar da própria conta a quantia que quiser, com algumas ressalvas. Uma delas é que, se o valor for a partir de R\$ 50 mil, o banco pode demorar até três dias úteis para liberá-lo. Se for até R\$ 5 mil, pode pedir um dia útil para permitir o saque. Além disso, boletos e tributos federais só podem ser pagos em espécie se o valor não ultrapassar R\$ 10 mil.

A ideia de restringir o uso de dinheiro físico em grandes quantias não é nova e tem sido defendida por instituições nos últimos anos. Em 2017, por exemplo, o BC reduziu de R\$ 100 mil para R\$ 50 mil o valor mínimo de transações em espécie que precisam ser notificadas automaticamente pelos bancos ao Coaf.

Além disso, o sistema financeiro é obrigado a comunicar ao Coaf as operações suspeitas, que são aquelas incompatíveis com o perfil do cliente, como movimentações muito grandes em contas de empresas pequenas. Este ano, até agora, 17% das notificações feitas ao Coaf resultaram em investigação, o que equivale a 79,6 mil das 468 mil transações que foram consideradas suspeitas pelas instituições financeiras.

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/12/11/internas\\_economia,724479/bancos-querem-reduzir-limite-que-clientes-podem-sacar-em-dinheiro.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/12/11/internas_economia,724479/bancos-querem-reduzir-limite-que-clientes-podem-sacar-em-dinheiro.shtml)

### **Bancos e governo querem limitar saques e pagamentos em espécie a R\$ 10 mil**



*Imagem: Getty Images/iStockphoto/Abscent84*

Antonio Temóteo  
Do UOL, em Brasília  
10/12/2018 17h59

Bancos e governo discutem estabelecer um valor máximo para saques, compras e pagamentos em dinheiro vivo. O limite deve ser de cerca de R\$ 10 mil por operação. A medida faz parte de uma estratégia das instituições financeiras e do poder público para combater a lavagem de dinheiro.

Quem participa das discussões explicou que um limite em torno de R\$ 10 mil abrangeria 99% das operações realizadas no país. Além disso, quem movimenta montantes superiores a esse valor pode fazer transferências eletrônicas ou pagamentos com cartões ou cheque.

Atualmente, não há limite de valor para saques no Brasil. Retiradas de dinheiro das instituições financeiras precisam ser comunicadas com antecedência quando o valor é igual ou superior a R\$ 50 mil, e a liberação do dinheiro ocorre após três dias úteis. Para saques a partir de R\$ 5.000, os bancos podem pedir um dia útil para liberar o dinheiro ao cliente. Boletos e tributos federais só podem ser pagos em espécie se o valor for de até R\$ 10 mil. O tema é discutido no Ministério da Justiça, por meio de um grupo de trabalho da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). A tendência é de que essa proposta seja enviada no ano que vem ao Congresso, por meio de um projeto de lei.

Estudos preliminares apontaram que o tema não poderia ser regulamentado por resoluções do

Banco Central (BC) ou do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Quem participa das discussões afirma que essa decisão já foi tomada em outros países. Na França, na Itália e em Portugal, compras em espécie e saques são limitados a mil euros, por operação. Na Espanha, o limite é de 2.500 euros. Na Bélgica, o limite é de 3.000 euros. Procurada, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) informou que não comenta o assunto.

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/12/10/bancos-governo-querem-limitar-saques-pagamentos-em-especie.htm>

## **Combate à corrupção: Mudança de cultura no país passa por educação cidadã, defendem autoridades**

Representantes de órgãos federais e entidades da sociedade civil participaram, hoje (12), em Brasília, de evento alusivo ao Dia Internacional Contra a Corrupção.



Foto: Adalberto Carvalho - Ascom/CGU

Publicado: 12/12/2018 17h15

O combate à corrupção deve passar pela mudança de cultura junto a crianças e jovens, por meio de iniciativas que contribuam para a formação de uma nova geração comprometida com a ética e a integridade. Essa foi a tônica dos discursos feitos por representantes de órgãos de controle e de entidades da sociedade civil reunidos nesta quarta-feira (12), em Brasília (DF), no evento alusivo ao Dia Internacional contra a Corrupção, promovido pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU).

>> Acesse a galeria de fotos no flickr

A solenidade de abertura, no auditório da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), contou com as presenças dos ministros Wagner Rosário (Transparência e CGU); Rossieli Soares (Educação); Torquato Jardim (Justiça); além da Diretora e Representante da UNESCO no Brasil, Marlova Noleto; do presidente da CNA, João Martins; diretor-geral da Organização de Estados Iberoamericanos (OEI), Raphael Callou; e do presidente do Instituto Ethos, Caio Magri.

O ministro da Educação, Rossieli Soares, enfatizou que “não existe a possibilidade de combater a corrupção somente nas esferas midiáticas. Nós precisamos combater a corrupção cultural, precisamos combater a corrupção junto com as nossas crianças, pois é com elas que nós temos maior adesão”. Soares destacou a expansão da parceria entre a CGU e o MEC, por meio do programa Um por Todos! Todos por Um!, que utiliza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como referencial para aliar o tema da ética e da cidadania à diretrizes da educação. Em 2019, o programa será expandido para

os alunos do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) de todas as escolas públicas do país, com apoio do Instituto Maurício de Sousa e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/CNA).

Na mesma linha, a representante da Unesco no Brasil, Marlova Noletto, sustentou que “o Brasil, lamentavelmente, é um país onde existe uma cultura de corrupção muito enraizada. Está em pequenos hábitos e gestos do dia a dia, e portanto, o papel da educação é fundamental para mudar esse quadro”. Noletto considerou muito importantes iniciativas como o Concurso de Desenho e Redação, promovido pela CGU. Segundo ela, começa na escola o desafio da mudança do país: “precisamos não permitir que as crianças convivam com pequenos atos de corrupção como se fossem normais e que o país banalize isso, de forma que, quando grandes atos de corrupção ocorram, exista uma espécie de convivência tácita com esses malfeitos”.

“Hoje celebramos a união entre educação e controle. O futuro do Brasil está baseado nas crianças e jovens. E contribuir para a educação cidadã é um componente essencial para que a gente possa esperar do futuro algo muito melhor”, afirmou o diretor-geral da Organização de Estados Iberoamericanos (OEI), Raphael Callou. Segundo Callou, a OEI preza sempre pelo desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura como instrumentos para auxiliar a promoção da democracia na região. “A democracia não existe sem uma prática cidadã em plenitude. Da mesma maneira, a cidadania só pode ser plenamente constituída à medida que se oferece mecanismos concretos de controle social”, ressaltou.

O presidente da CNA, João Martins, destacou o papel do agronegócio para o país e sinalizou que acredita num futuro melhor. “Eu como um brasileiro, que tenho filhos e netos, sonho com um país mais justo e livre de corrupção”. Já Caio Magri destacou a iniciativa do Ministério da Agricultura ao lançar o selo Agro Mais Integridade, com a participação da sociedade e das empresas, que está trazendo a excelência da integridade e da transparência para um setor que já é muito bem-sucedido do ponto de vista da gestão dos negócios e da produtividade.

### **Avanços do controle**

Ao encerrar a abertura do evento, o ministro da Transparência e CGU, Wagner Rosário, fez uma apresentação dos principais resultados alcançados pela CGU em 2018 e afirmou que se trata de “uma prestação de contas à sociedade, para que ela saiba quais ações estão sendo realizadas a fim de evitar e punir casos de corrupção e má gestão”. O ministro ressaltou que “estamos aprimorando os mecanismos de integridade juntos aos órgãos do Governo Federal para que problemas não voltem a acontecer. A gente vai aprendendo com os casos de corrupção, criando mecanismos preventivos para combatê-los. Então, todo esse conjunto de informações serve de auxílio para uma melhor gestão pública”, defendeu.

O avanço do trabalho realizado pelos órgãos de controle também foi destacado por outros participantes do evento. Torquato Jardim, ministro da Justiça, salientou que a corrupção não é um problema exclusivo do Brasil. Por isso, o combate a esse mal depende de ação articulada e integrada entre órgãos e nações. Ele usou o exemplo da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que completou 16 anos e reúne 95 órgãos públicos dos três níveis e das três esferas da administração. “É um trabalho conjunto de imensa repercussão. É o exemplo de que o Brasil está sim combatendo a corrupção. Esse trabalho deve ser reconhecido”, afirmou o ministro.

Já o delegado da Polícia Federal Umberto Ramos Rodrigues, que representou o diretor-geral da instituição, considerou fundamental o papel da integração entre os órgãos de defesa do Estado para o combate à corrupção. Segundo ele, as operações executadas são, em grande parte, resultado da atuação conjunta com a CGU e outros órgãos, como o Ministério Público e as outras forças policiais. “A Polícia Federal tem desenvolvido um trabalho significativo nessas operações de combate à corrupção e acredita na força transformadora das instituições como um indutor da mudança de práticas e de boas ações que são realizadas ao longo do ano”, concluiu Rodrigues.

<http://www.cgu.gov.br/noticias/2018/12/combate-a-corrupcao-mudanca-de-cultura-no-pais-passa-por-educacao-cidada-defendem-autoridades>

# ENCCLA

Este Boletim é elaborado e divulgado pela Secretaria Executiva da ENCCLA  
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional  
Secretaria Nacional de Justiça – Ministério da Justiça  
Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br) ou 61 2025-8900